



# **Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2016**

## Índice

Balanço .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade .....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	13
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	13
6. Empréstimos Obtidos .....	15
7. Inventários .....	15
8. Rédito.....	16
9. Subsídios e outros apoio das entidades públicas .....	16
10. Benefícios dos empregados.....	16
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	17
12. Outras Informações .....	17
12.1. Investimentos Financeiros.....	18
12.2. Créditos a receber .....	18
12.3. Diferimentos .....	18
12.4. Outros ativos correntes .....	19
12.5. Caixa e depósitos bancários .....	19
12.6. Fundos Patrimoniais .....	19
12.7. Fornecedores .....	20
12.8. Estado e Outros Entes Públicos .....	20
12.9. Outros passivos correntes .....	20
12.10. Fornecimentos e serviços externos .....	21
12.11. Outros rendimentos .....	21
12.12. Outros gastos.....	22
12.13. Resultados Financeiros .....	22
12.14. Acontecimentos após data de Balanço .....	22

## Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	12 145 489,12	11 638 788,63
Bens do património histórico e cultural	5	385 076,49	423 484,33
Investimentos financeiros	12.1	29 325,02	25 363,86
Outros créditos e ativos não correntes	12.4	109 827,42	109 827,42
Subtotal		12 669 718,05	12 197 464,24
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	29 052,26	34 556,63
Créditos a receber	12.2	385 035,89	345 272,84
Estado e outros Entes Públicos	12.8	41 529,51	29 715,19
Diferimentos	12.3	17 597,13	15 362,05
Outros ativos correntes	12.4	731 326,30	385 360,64
Caixa e depósitos bancários	12.5	2 302 619,32	2 449 014,94
Subtotal		3 507 160,41	3 259 282,29
<b>Total do Ativo</b>		<b>16 176 878,46</b>	<b>15 456 746,53</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	12.6		
Fundos		236 126,99	236 126,99
Reservas		685 797,86	685 797,86
Resultados transitados		7 756 907,87	7 742 996,78
Excedentes de revalorização	5	463 686,72	-
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		3 747 282,49	3 808 010,96
Resultado Líquido do período		294 941,71	13 911,09
<b>Total do fundos patrimoniais</b>		<b>13 184 743,64</b>	<b>12 486 843,68</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	6	1 265 661,76	1 416 921,72
Subtotal		1 265 661,76	1 416 921,72
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	12.7	209 004,12	171 598,25
Estado e outros Entes Públicos	12.8	129 404,62	120 905,82
Financiamentos obtidos	6	150 878,97	146 326,69
Diferimentos	12.3	398 638,73	89 935,65
Outros passivos correntes	12.9	838 546,62	1 024 214,72
Subtotal		1 726 473,06	1 552 981,13
<b>Total do passivo</b>		<b>2 992 134,82</b>	<b>2 969 902,85</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>16 176 878,46</b>	<b>15 456 746,53</b>

Castelo Branco, 20 de Março 2017  
O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	8	4 351 827,01	4 166 446,80
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2 992 697,24	3 051 033,86
Trabalhos para a própria entidade		5 571,12	8 232,03
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(845 999,36)	(714 145,31)
Fornecimentos e serviços externos	12.10	(1 327 456,70)	(1 524 364,41)
Gastos com o pessoal	10	(5 226 913,46)	(4 793 507,68)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2e12.4	(12 871,02)	(12 129,31)
Aumentos/reduções de justo valor	12.4	(10 799,63)	(10 753,93)
Outros rendimentos	12.11	696 344,21	504 713,04
Outros gastos	12.12	(36 669,94)	(20 336,06)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>585 729,47</b>	<b>655 189,03</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(289 227,08)	(637 848,35)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>296 502,39</b>	<b>17 340,68</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	25 269,27	29 827,28
Juros e gastos similares suportados	12.13	(26 829,95)	(33 256,87)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>294 941,71</b>	<b>13 911,09</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>294 941,71</b>	<b>13 911,09</b>

Castelo Branco, 20 de Março 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2015:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	1	236 126,99		685 797,86	7 752 133,05			3 956 559,93	(9 136,27)	12 621 481,56		12 621 481,56
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	12.6				(9 136,27)				9 136,27	-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	-	-	(9 136,27)	-	-	-	9 136,27	-	-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3								13 911,09	13 911,09		13 911,09
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3								23 047,36	13 911,09	-	13 911,09
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Subsídios, doações e legados	12.6							(148 548,97)		(148 548,97)		(148 548,97)
	5	-	-	-	-	-	-	(148 548,97)	-	(148 548,97)	-	(148 548,97)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015</b>	6=1+2+3+4	236 126,99	-	685 797,86	7 742 996,78	-	-	3 808 010,96	13 911,09	12 486 843,68	-	12 486 843,68

Castelo Branco, 20 de Março 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Alterações no exercício de 2016:

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	6	236 126,99	-	685 797,86	7 742 996,78	-	-	3 808 010,96	13 911,09	12 486 843,68	-	12 486 843,68
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	5						463 686,72			463 686,72		463 686,72
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12.6				13 911,09			(13 911,09)		-		-
	7	-	-	-	13 911,09	-	463 686,72	-	(13 911,09)	463 686,72	-	463 686,72
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8								294 941,71	294 941,71		294 941,71
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8								281 030,62	758 628,43	-	758 628,43
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>												
Subsídios, doações e legados	12.6							(60 728,47)		(60 728,47)		(60 728,47)
	10	-	-	-	-	-	-	(60 728,47)	-	(60 728,47)	-	(60 728,47)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016</b>	6+7+8+10	236 126,99	-	685 797,86	7 756 907,87	-	463 686,72	3 747 282,49	294 941,71	13 184 743,64	-	13 184 743,64

Castelo Branco, 20 de Março 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		4 739 383,91	4 406 104,99
Recebimentos de subsídios	9	2 901 279,01	2 791 489,40
Recebimentos de bolsas	9	86 028,87	252 977,44
Pagamento a fornecedores		(2 197 423,90)	(2 039 930,30)
Pagamentos ao pessoal		(5 086 630,37)	(4 810 688,94)
Caixa gerada pelas operações		442 637,52	599 952,59
Outros recebimentos/pagamentos		(215 425,10)	139 889,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		227 212,42	739 842,06
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	5	(289 940,24)	(93 727,50)
<i>Investimentos financeiros</i>		-	(74 562,91)
<i>Outros Ativos</i>	5	(14 189,48)	(6 800,33)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		32 500,00	10 500,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		45 992,75	4 042,62
<i>Juros e rendimentos similares</i>	12.13	25 401,91	53 097,08
<i>Dividendos</i>		164,65	164,65
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(200 070,41)	(107 286,39)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<i>Doações</i>		-	15 913,96
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	(146 707,68)	(142 237,91)
<i>Juros e gastos similares</i>	12.13	(26 829,95)	(33 248,38)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(173 537,63)	(159 572,33)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(146 395,62)	472 983,34
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		2 449 014,94	1 976 031,60
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2 302 619,32</b>	<b>2 449 014,94</b>

Castelo Branco, 20 de Março 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 51814

A MESA ADMINISTRATIVA

## Anexo

### Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

### 1. Identificação da Entidade

---

A Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede em Rua Bartolomeu da Costa, na cidade de Castelo Branco.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, fundada no ano de 1514, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais e de saúde na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 86906 Outras actividades de saúde humana, n.e.
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras de 2015 foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura que já era o SNC-ESNL, embora na sua primeira versão, não originando a adoção em 2016 da presente versão do SNC-ESNL quaisquer



diferenças relevantes nas demonstrações financeiras, pelo que se verifica boa comparabilidade entre as demonstrações financeiras de 2016 e 2015.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Outros ativos e passivos correntes*” (Notas 12.4 e 12.9) e “*Diferimentos*” (Nota 12.3)

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” (Nota 12.11) ou “*Outros gastos*” (Nota 12.12).

#### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico com exceção da classe dos imóveis que se encontra registada ao seu “justo valor”. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables

### 3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Os bens de inventário produzidos internamente (normalmente produtos hortícolas e frutas) são valorizados ao preço de custo de aquisição do artigo/produto equivalente, como se tivessem sido adquiridos externamente.

### 3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

**3.2.5. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

**3.2.6. Financiamentos Obtidos**Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

NO caso dos “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

**3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### 3.2.8. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” em contrapartida da rubrica de “Outros Ativos Correntes”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outros Ativos Correntes” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica “Outros Rendimentos” (a crédito) em contrapartida da rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais”.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “Outros Passivos Correntes”.

## 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Apenas foram alteradas as políticas contabilísticas relacionadas com parte dos ativos.

Assim, todas as classes de imóveis, constantes dos ativos fixos tangíveis, foram objeto de um exaustivo levantamento e correspondente revalorização por forma a que todos passassem a ser reconhecidos contabilisticamente de forma adequada. Foram assim, para além de revalorizados, todos devidamente classificados entre “terrenos” e “edifícios” (aplicando a regra de 25/75 para todos os artigos prediais do tipo “urbano”) e ainda atualizadas as vidas úteis esperadas.

Esta alteração contabilística teve como principais efeitos uma diminuição considerável das depreciações relacionadas com estas classes de ativos.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Custo</b>						
Bens imóveis	398 648,43	234,83	-	-	-	398 883,26
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-	-	-	10 355,76
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	12 300,00	-	-	-	-	12 300,00
Esculturas	1 945,31	-	-	-	-	1 945,31
<b>Total</b>	<b>423 249,50</b>	<b>234,83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>423 484,33</b>

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo/Valorização</b>						
Bens imóveis	398 883,26	-	-	(58 793,80)	(47 667,24)	292 422,22
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	10 355,76	-	-	(1 010,89)	-	9 344,87
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	12 300,00	9 259,40	-	61 750,00	-	83 309,40
Esculturas	1 945,31	-	-	(1 945,31)	-	-
<b>Total</b>	<b>423 484,33</b>	<b>9 259,40</b>	<b>-</b>	<b>(0,00)</b>	<b>(47 667,24)</b>	<b>385 076,49</b>

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	12 974,25	-	-	-	-	12 974,25
Edifícios e outras construções	15 786 883,89	26 220,83	(12 685,46)	-	-	15 800 419,26
Equipamento básico	1 774 620,48	43 586,81	-	-	-	1 818 207,29
Equipamento de transporte	370 272,10	-	-	42 078,64	-	412 350,74
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	344 162,38	8 064,33	-	-	-	352 226,71
Outros Ativos fixos tangíveis	80 732,27	861,00	-	-	-	81 593,27
Ativos fixos tangíveis em curso	83 368,27	9 165,31	-	(42 078,64)	-	50 454,94
<b>Total Custo</b>	<b>18 453 013,64</b>	<b>87 898,28</b>	<b>(12 685,46)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18 528 226,46</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4 032 090,40	538 149,40	(5 658,38)	-	-	4 564 581,42
Equipamento básico	1 511 846,13	61 627,06	-	-	-	1 573 473,19
Equipamento de transporte	358 884,90	12 702,14	-	-	-	371 587,04
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	307 838,83	15 434,84	-	-	-	323 273,67
Outros Ativos fixos tangíveis	46 587,60	9 934,91	-	-	-	56 522,51
<b>Total Depreciações</b>	<b>6 257 247,86</b>	<b>637 848,35</b>	<b>(5 658,38)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 889 437,83</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>12 195 765,78</b>	<b>(549 950,07)</b>	<b>(7 027,08)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 638 788,63</b>

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
<b>Custo/Valorização</b>						
Terrenos e recursos naturais	12 974,25	-	-	-	2 930 227,25	2 943 201,50
Edifícios e outras construções	15 800 419,26	15 522,16	-	(10 975,45)	(6 981 383,86)	8 823 582,11
Equipamento básico	1 818 207,29	95 098,76	-	(207 211,38)	-	1 706 094,67
Equipamento de transporte	412 350,74	51 384,90	-	1 710,98	-	465 446,62
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	352 226,71	12 721,37	-	(70 796,37)	-	294 151,71
Outros Ativos fixos tangíveis	81 593,27	71 298,82	-	197 425,31	-	350 317,40
Ativos fixos tangíveis em curso	50 454,94	36 727,80	-	-	-	87 182,74
<b>Total Custo</b>	<b>18 528 226,46</b>	<b>282 753,81</b>	<b>-</b>	<b>(89 846,91)</b>	<b>(4 051 156,61)</b>	<b>14 669 976,75</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	4 564 581,42	177 558,78	-	(2 070,85)	(4 562 510,57)	177 558,78
Equipamento básico	1 573 473,19	66 761,22	-	(196 928,68)	-	1 443 305,73
Equipamento de transporte	371 587,04	12 723,06	-	1 563,08	-	385 873,18
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	323 273,67	16 308,22	-	(71 626,91)	-	267 954,98
Outros Ativos fixos tangíveis	56 522,51	15 875,80	-	177 396,65	-	249 794,96
<b>Total Depreciações</b>	<b>6 889 437,83</b>	<b>289 227,08</b>	<b>-</b>	<b>(91 666,71)</b>	<b>(4 562 510,57)</b>	<b>2 524 487,63</b>
<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>11 638 788,63</b>	<b>(6 473,27)</b>	<b>-</b>	<b>1 819,80</b>	<b>511 353,96</b>	<b>12 145 489,12</b>

Durante o período de referência do presente documento (2016) ocorreram diversas aquisições de bens para as diversas rubricas de ativos.

Foram ainda, todas as classes de imóveis, objeto de um exaustivo levantamento e correspondente revalorização por forma a que todos passassem a ser reconhecidos contabilisticamente de forma adequada. Para além de revalorizados, foram todos devidamente classificados entre “terrenos” e “edifícios” (aplicando a regra de 25/75 para todos os artigos prediais do tipo “urbano”) bem como atualizadas as vidas úteis esperadas.

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens.

Tal como nos exercícios económicos anteriores, continuou-se a aplicar a metodologia dos duodécimos no cálculo das depreciações.

## 6. Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2016, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	150 878,97	1 265 661,76	1 416 540,73	146 326,69	1 416 921,72	1 563 248,41
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>150 878,97</b>	<b>1 265 661,76</b>	<b>1 416 540,73</b>	<b>146 326,69</b>	<b>1 416 921,72</b>	<b>1 563 248,41</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015	Compras	Reclassificação e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28 279,26	809 932,82	(89 510,14)	34 556,63	923 696,28	(83 201,29)	29 052,26
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>28 279,26</b>	<b>809 932,82</b>	<b>(89 510,14)</b>	<b>34 556,63</b>	<b>923 696,28</b>	<b>(83 201,29)</b>	<b>29 052,26</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	714 145,31	845 999,36
Variações nos inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:



Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2015	2016
Géneros alimentares	506 898,60	606 089,07
Prod. higiene pessoal dos utentes	46 682,66	59 822,73
Material de penso e consumo	63 129,26	78 253,92
Medicamentos	39 594,85	29 722,06
Fraldas	46 597,17	57 054,82
Outras matérias consumidas	11 242,77	15 056,76
<b>Total</b>	<b>714 145,31</b>	<b>845 999,36</b>

Verificou-se um grande aumento, generalizado, no presente ano maioritariamente refletida nos gastos com géneros alimentares, produtos de higiene pessoal, material de penso e consumo e fraldas. Estes aumentos estão relacionados com o cada vez mais intenso funcionamento da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, dos Jardins de Infância e ainda da melhoria generalizada da qualidade dos produtos consumidos.

## 8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	17 041,53	20 402,62
Prestação de Serviços	4 334 785,48	4 146 044,18
Quotas dos utilizadores	4 317 957,88	4 127 302,21
Quotas e Jóias	10 481,00	11 468,05
Serviços Secundários	6 346,60	7 273,92
<b>Total</b>	<b>4 351 827,01</b>	<b>4 166 446,80</b>

## 9. Subsídios e outros apoio das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
<b>Subsídios e Apoios do Governo</b>		
Acordos Segurança Social - Infância	938 337,24	965 617,95
Acordos Segurança Social - Família	54 622,50	68 820,00
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	1 773 379,78	1 731 343,10
Acordos Segurança Social - Serv. Emergência	2 251,85	2 768,27
RLIS - Rede Local de Intervenção Social	132 053,18	-
IFAP - Apoios Agrícolas	1 322,32	531,51
IEFP - Medidas Apoio Emprego	90 730,37	266 039,07
<b>Subsídios de outras entidades</b>	-	-
<b>Doações</b>	-	15 913,96
<b>Heranças</b>	-	-
<b>Legados</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>2 992 697,24</b>	<b>3 051 033,86</b>

## 10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2015 e 2014, foi respetivamente, de 13 membros, sendo na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, a seguinte:



**Mesa da Assembleia Geral**

- Manuel Duarte Cardoso Martins – Presidente
- Adelino José Caio Minhós – 1.º Secretário
- João Paulo Martins Infante P. Benquerença – 2.º Secretário

**Mesa Administrativa**

- José Augusto Rodrigues Alves – Provedor
- João Fernando Goulão Pinto – Vice-Provedor
- Fátima Maria Monteiro dos Santos Almeida – Secretária
- Carlos Joaquim Duarte R. Ribeiro – Tesoureiro
- Artur Alberto Martins – 1.º Vogal
- Maria de Lourdes C.M. Ramalho Eanes – 2.º Vogal
- José Carlos Gordo Mocito - 3.º Vogal

**Definitório ou Conselho Fiscal**

- Jorge Manuel Vieira Neves – Presidente
- Alfredo da Silva Correia – 1.º Vogal
- Emílio Manuel G. Ferro – 2.º Vogal

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2015	Média 2016	Dezembro 2016
Colaboradores P/ Conta Outrem	401	443	465
Colaboradores Independentes	26	26	24
<b>Total</b>	<b>427</b>	<b>469</b>	<b>489</b>

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	4 251 976,39	3 901 566,47
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	1 192,50	9 013,07
Encargos sobre as Remunerações	920 813,17	829 649,02
Seguros de Acidentes de Trabalho	38 649,76	35 325,67
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	14 281,64	17 953,45
<b>Total</b>	<b>5 226 913,46</b>	<b>4 793 507,68</b>

**11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**12. Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

**12.1. Investimentos Financeiros**

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	27 579,02	23 617,86
Investimentos em associadas	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Investimentos noutras empresas	1 746,00	1 746,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>29 325,02</b>	<b>25 363,86</b>

Com as finalidades de exploração, aproveitamento e beneficiação do património rustico da Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, continua a ser detida a 100 % a sociedade por quotas “Dança Estival – Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda.”.

**12.2. Créditos a receber**

Cientes e Utentes e outros créditos a receber:

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Cientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	300 307,24	252 803,45
Utentes	73 278,76	82 105,41
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Cientes e Utentes factoring</b>		
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	-	-
Utentes	37 728,01	28 740,19
<b>Perdas por Imparidade</b>		
Clientes	-	-
Utentes	(26 278,12)	(18 376,21)
Outros		
<b>Total</b>	<b>385 035,89</b>	<b>345 272,84</b>

As perdas por imparidade constituídas no exercício podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes		
Utentes	(7 901,91)	(4 004,51)
<b>Total</b>	<b>(7 901,91)</b>	<b>(4 004,51)</b>

**12.3. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Rendas pagas antecipadamente	448,06	139,21
Seguros	17 149,07	14 861,52
Fornecimentos e serviços externos	-	361,32
<b>Total</b>	<b>17 597,13</b>	<b>15 362,05</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas faturadas antecipadamente	11 515,24	-
Subsídios à exploração	387 123,49	89 935,65
<b>Total</b>	<b>398 638,73</b>	<b>89 935,65</b>

#### 12.4. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, valores a receber e/ou investidos nas seguintes entidades:

Descrição	2016	2015
<b>"Devedores diversos"</b>		
Adiantamentos ao pessoal	6 842,84	4 396,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	110 355,52	95 944,87
Subsídios à exploração contratados	464 532,15	147 781,03
Inquilinos (rendas)	81 481,70	65 350,81
Subsídios ao investimento contratados	8 748,00	17 153,04
Outros devedores	56 708,83	46 299,47
Perdas por imparidade (rendas)	(51 052,81)	(46 083,70)
Adiantamentos a fornecedores	4 522,92	7 852,19
<b>"Investimentos Financeiros",</b>		
FRSS - Fundo Reestrut. Setor Solidário	5 037,85	5 037,85
Fundo Part. CEMG (Montepio Geral)	19 024,99	29 599,45
Ações E.D.P. - Energias de Portugal, S.A.	2 730,52	2 955,69
FCT - Fundo Compensação do Trabalho	22 393,79	9 072,95
<b>Total</b>	<b>731 326,30</b>	<b>385 360,64</b>

As perdas por imparidade constituídas no exercício podem-se detalhar da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Devedores	(4 969,11)	(8 124,80)
<b>Total</b>	<b>(4 969,11)</b>	<b>(8 124,80)</b>

Mantiveram-se todos os investimentos financeiros já anteriormente detidos.

Para os títulos foram realizados os testes de justo valor adequados e se o custo de aquisição/valorização for diferente do justo valor dos ativos líquidos tendo como referência a sua cotação em 31/12/2016, a diferença foi reconhecida diretamente em resultados do período, como aumentos ou reduções por justo valor.

Para além dos outros ativos correntes acima referidos, existem também alguns outros ativos de natureza não corrente. Nestes, não ocorreu qualquer variação no seu valor (109.827,42 €) nos dois anos a que se refere o presente documento. Este valor é constituído por apenas duas rubricas, nomeadamente um empréstimo concedido à associada "Dança Estival, Lda." no valor de 107.900,91 € e a carteira de Certificados de Renda Perpétua no valor de 1.926,51 €.

#### 12.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	5 394,47	10 024,41
Depósitos à ordem	153 224,85	349 990,53
Depósitos a prazo	2 144 000,00	2 089 000,00
<b>Total</b>	<b>2 302 619,32</b>	<b>2 449 014,94</b>

#### 12.6. Fundos Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, também em 2016, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior, do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização /

depreciação, foram ainda reconhecidos / desreconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento.

Acresceram ainda os excedentes da revalorização efetuada nas classes de imóveis dos ativos fixos tangíveis.

Assim, nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	236 126,99	-	-	236 126,99
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	685 797,86	-	-	685 797,86
Resultados transitados	7 742 996,78	13 911,09	-	7 756 907,87
Excedentes de revalorização	-	463 686,72	-	463 686,72
Outras variações nos fundos patrimoniais	3 808 010,96	37 767,71	(98 496,18)	3 747 282,49
<b>Total</b>	<b>12 472 932,59</b>	<b>515 365,52</b>	<b>(98 496,18)</b>	<b>12 889 801,93</b>

## 12.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	209 004,12	171 598,25
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>209 004,12</b>	<b>171 598,25</b>

## 12.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	1 088,69	1 205,37
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	40 440,82	28 509,82
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>41 529,51</b>	<b>29 715,19</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	23 989,88	23 878,74
Segurança Social	104 226,82	96 053,68
Outros Impostos e Taxas	1 187,92	973,40
<b>Total</b>	<b>129 404,62</b>	<b>120 905,82</b>

## 12.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Pessoal</b>	<b>5 743,30</b>	<b>3 593,55</b>
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	5 743,30	3 593,55
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>5 329,10</b>	<b>7 385,98</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>721 346,69</b>	<b>944 258,87</b>
<b>Cauções de outras entidades</b>	<b>10 950,00</b>	<b>16 950,00</b>
<b>Outros credores</b>	<b>59 677,53</b>	<b>49 026,32</b>
<b>Adiantamentos de clientes</b>	<b>35 500,00</b>	<b>3 000,00</b>
<b>Total</b>	<b>838 546,62</b>	<b>1 024 214,72</b>

**12.10. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição desta rubrica nos períodos 2016 e de 2015, foi a seguinte

Descrição	2016	2015
Subcontratos	-	216 141,84
Serviços especializados	562 378,41	559 620,42
Materiais	80 024,77	79 550,85
Energia e fluidos	501 292,33	499 596,39
Deslocações, estadas e transportes	4 434,16	3 985,57
Serviços diversos (*)	179 327,03	165 469,34
Limpeza, higiene e conforto	79 249,70	83 752,91
Comunicação	43 771,04	44 366,27
Rendas e alugueres	14 797,50	14 382,46
<b>Total</b>	<b>1 327 456,70</b>	<b>1 524 364,41</b>

(\*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

Nos termos dos dois contratos mistos atípicos de gestão e comodato, celebrados em anos anteriores, para que os Centros Infantis anteriormente detidos pelo Instituto da Segurança Social passassem a ser geridos por esta Santa Casa, foram durante vários anos reconhecidos (por acréscimo) gastos potenciais para fazer face a eventuais pagamentos de vencimentos (por dedução nas comparticipações) com os colaboradores daqueles Centros Infantis, cuja entidade patronal era o Instituto da Segurança Social.

No entanto, estes valores deixaram de ser reconhecidos na rubrica de subcontratos, considerando que:

- por diversos motivos, a maioria dos colaboradores daquele Instituto foram saindo dos Centros Infantis, tendo esta Santa Casa que recrutar e contratar (às suas expensas) para esses lugares, novos colaboradores;
- nunca até à presente data foram efetuadas quaisquer deduções nas comparticipações, com vista à efetivação destes pagamentos, e principalmente porque;
- na alínea d) do n.º 1 da clausula oitava de cada um daqueles contratos é referido, sucintamente, que este valor de vencimentos dos trabalhadores cedidos, seria definido e “... ficando assegurado no acordo de cooperação típico a celebrar...”, o que até á presente data ainda não ocorreu, nem existe qualquer previsão de quando venha a ocorrer. *(sublinhado nosso)*

**12.11. Outros rendimentos**

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	4 070,67	6 472,43
Descontos de pronto pagamento obtidos	578,56	44,55
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conjuntos	3 961,16	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	164,65	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	145 234,13	152 875,17
Outros rendimentos:	542 335,04	345 320,89
Correções relativas a períodos anteriores	288 258,80	13 389,59
Imputação dos subsídios ao investimento	98 496,18	140 329,46
Reembolsos	75 447,84	81 719,48
Donativos	70 675,08	109 242,93
Outros	9 457,13	639,43
<b>Total</b>	<b>696 344,21</b>	<b>504 713,04</b>

Na rubrica de “Correções relativas a períodos anteriores” verificou-se uma variação considerável, em consequência de tudo o referido na nota anterior, relacionado com a rubrica de “Subcontratados” nos “Fornecimentos e Serviços Externos”. Esta variação resulta assim do

desreconhecimento dos acréscimos de gastos efetuados em exercícios anteriores relacionados com os dois contratos mistos atípicos de gestão e comodato dos Centros Infantis anteriormente detidos pelo Instituto da Segurança Social.

### 12.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	1 051,85	737,54
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	344,97	1 883,30
Perdas em inventários	-	36,83
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. Conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	5 000,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros gastos:	35 273,12	12 678,39
Multas e Penalidades	9 525,50	323,20
Correções de anos anteriores	6 839,95	2 293,00
Quotizações	8 530,00	2 870,35
Outros	10 377,67	7 191,84
<b>Total</b>	<b>36 669,94</b>	<b>20 336,06</b>

### 12.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	26 829,95	33 256,87
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>26 829,95</b>	<b>33 256,87</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	25 269,27	29 662,63
Dividendos obtidos	-	164,65
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>25 269,27</b>	<b>29 827,28</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(1 560,68)</b>	<b>(3 429,59)</b>

### 12.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 20 de Março de 2017.

Castelo Branco, 20 de Março de 2017

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa